ISSN: 1981 - 3031

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COM CRIANÇAS ESPECIAIS ATRAVÉS DA ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.**

Laryssa Virgilio Pereira de Araújo

virgiliolaryssa@gmail.com

Marcela Pessôa Marques

marcellapessoa02@gmail.com

**RESUMO**

O objetivo desse trabalho é discutir, através da análise do projeto político pedagógico da escola, sobre como ocorre o processo de ensino aprendizagem na alfabetização e letramento de crianças com deficiência e quais são os métodos utilizados pelos professores nos anos iniciais. Vale ressaltar a importância dessa pesquisa para o nosso meio acadêmico, pois nos alerta para a importância de refletir sobre a realidade das escolas públicas de nossa cidade, Maceió – AL, com relação à infraestrutura, os processos de inclusão e de ensino de crianças portadoras de necessidades especiais, fazendo ainda uma crítica à formação dos professores do ensino infantil que cada vez mais se encontram sem capacitação em suas formações, questão que é observada dentro da própria Universidade Federal de Alagoas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização e letramento. Inclusão. Projeto político pedagógico.

**1 INTRODUÇÃO**

A pesquisa está sendo realizada na cidade de Maceió - AL, na Escola Estadual Marcelo Resende com crianças que possuem deficiências e estão no processo de alfabetização, no ensino fundamental I. O objetivo principal do projeto é conhecer através do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola como ocorre o processo de alfabetização e letramento de crianças com deficiência, através da análise do Projeto Político Pedagógico da escola, conhecendo como ocorre o processo de alfabetização e letramento e analisar as condições da escola para se trabalhar a inclusão.

A educação como um direito de todos os cidadãos, estabelecido pela Constituição Federal do Brasil foi reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9394/96. o seu artigo 58 define a educação dos alunos com necessidades especiais devem ser realizada, preferencialmente na rede regular de ensino. (LIMA, 2001. P. 29)

A partir dessa lei as crianças com deficiência passam possuir o acesso assegurado à rede regular de ensino, o que não significa, condições de aprendizagem para a apropriação da leitura e da escrita na etapa da alfabetização. Para esta questão requer um conjunto de ações e tomadas de decisão que ultrapassam o acesso à escola, pois é preciso condições de infraestrutura escolar, de formação para o professor/estagiários e de recursos didáticos, para facilitar o processo de ensino aprendizagem destinado as crianças com deficiência que precisam ser alfabetizadas e letrada nas séries iniciais.

Conforme Bernal (2010, p. 87), “o desenvolvimento da criança com deficiência depende, em muito, da qualidade dessas vivências sociais, sejam elas aquelas que ocorrem no seio da família, no espaço escolar ou ainda no ambiente terapêutico, todos considerados espaços de aprendizagem”. Para essa autora, “a ação do outro, no contexto da interação social, caminha na direção de constituir aquilo que é típico do humano, auxiliando, favorecendo, encorajando, mas também atrapalhando, inibindo ou até mesmo impedindo esse processo” (2010, p. 87).

O projeto baseia-se no interesse em pesquisar como ocorre o processo de ensino aprendizagem na alfabetização e letramento com crianças que possuem deficiências e quais são os métodos utilizados pela professora nos anos iniciais de acordo com o PPP, levando em consideração as diferenças individuais e o grau do nível de aprendizado. Cada aluno é capaz de se desenvolver, desde que haja um ambiente propício e uma metodologia adequada.

Conforme cita a Declaração de Salamanca (1994, p.8-9): “[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso ás escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos”.

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015, também conhecida por “Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura em seu Art., 1º... “A promoção em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania”.

Ao mesmo tempo desejando trazer uma reflexão sobre a formação dos futuros professores do curso de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas com relação a preparação que se tem para se trabalhar com estudantes com deficiência.

**2 DESENVOLVIMENTO**

A pesquisa está fundamentada na Lei de diretrizes e bases 9394/96 “A educação como um direito de todos os cidadãos, estabelecido pela Constituição Federal do Brasil” ressaltando atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº [12.796](http://www.jusbrasil.com/legislacao/1034524/lei-12796-13), de 2013)

Lima, 2001 “(LDBEN) Lei nº 9394/96. o seu artigo 58 define a educação dos alunos com necessidades especiais devem ser realizada, preferencialmente na rede regular de ensino.” A discurssão em torno da implementação dessas leis e de outros instrumentos legais se intensificaram as reivindicações no sentido de se estimular a participação das pessoas com necessidades especiais nas escolas comum.

Bernal, 2010 discute que a criança portadora de deficiência se desenvolve de acordo com a qualidade de vida social que está inserida, seja no espaço entre a família ou a escola. E a ação do outro interfere tanto de forma positiva ou negativa na vida da criança que é portadora de alguma deficiência.

Mrech afirma que os ambientes educacionais precisam ser flexíveis, precisam visar o processo de ensino e aprendizagem do aluno. Sendo assim, entendemos que as escolas precisam ser flexíveis aos alunos portadores de deficiência, que não cabe ao aluno se adequar ao ambiente escolar, mais a escola se adaptar e se preparar para receber esses alunos, sabendo que alguns não conseguirão acompanhar a turma na alfabetização e letramento.

A declaração de Salamanca, 1994 acredita e proclama que: toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.

Logo, as crianças portadoras de deficiências devem ser olhadas como um momento ímpar na alfabetização e letramento, pois essas crianças possuem características diferentes que não podem atrapalhar o processo de aprendizagem, cabe a educação propiciar programas ou planejamentos que der assistência necessária para desenvolver o ensino-aprendizagem de forma eficaz.

**2.1 A Alfabetização Na Educação Especial**

Nas últimas décadas a educação passou por inúmeras mudanças, provocando alterações na organização e no funcionamento do ensino no país. Uma dessas mudanças está relacionada ao acesso de crianças com deficiência à rede regular de ensino (Mendes e Schmidt 2016, p. 495).

Referente à etapa da alfabetização, de acordo com o Parecer do CNE/CEB nº 22/2008 (BRASIL, 2008b), os três primeiros anos do Ensino Fundamental são dedicados ao processo de alfabetização, e são imprescindíveis para a qualidade da Educação Básica. Desde 2006, com a ampliação em um ano no tempo do Ensino Fundamental, todas as crianças devem ser matriculadas neste nível de ensino aos seis anos de idade, e têm os três primeiros anos destinados à alfabetização. Nesse contexto educacional, faz-se necessário saber se o que é disponibilizado às crianças com deficiência nesta etapa, nas classes de alfabetização de escolas de ensino regular, assegura a elas condições para a apropriação da leitura e da escrita ou se apenas estão matriculadas, cumprindo, assim, os requisitos legais, mas excluídas do processo de aprendizagem (Mendes e Schmidt 2016, p. 496).

Para os alunos com deficiência incluídos nas escolas regulares, a mediação exercida pelos outros membros do grupo (professores, colegas, funcionários da escola) e pelos elementos da cultura que estão presentes no cotidiano escolar (ambiência, linguagem, materiais, conhecimento) contribui sobremaneira para a aprendizagem e, consequentemente, para o desenvolvimento de processos psicológicos cada vez mais elaborados (Mendes e Schmidt 2016, p. 497).

Ribeiro (2006, p. 122) explica que “toda aprendizagem é mediada pela interação social originária dentro de um contexto histórico-cultural mais amplo”. Nesse contexto, a interação entre as crianças e outros sujeitos fundamenta os estímulos essenciais para o seu desenvolvimento, como uma espécie de suporte, de apoio inerente da condição humana. De acordo com Vygotsky, “um aspecto crucial da condição humana, e que começa na infância, é a criação e o uso de estímulos auxiliares ou ‘artificiais’; através desses estímulos uma situação e as reações ligadas a ela são alteradas pela intervenção humana ativa” (VYGOTSKY, 2001, p. 175 APUD Mendes e Schmidt 2016, p. 497 ).

Pode-se observar pontos positivos na alfabetização de pessoas com deficiência quando colocadas no ambiente escolar junto com os demais alunos, a inclusão é fundamental, não apenas pensada como um “ato de respeito pelo outro”, ela também contribui na aprendizagem do aluno e no aperfeiçoamento do ensino.

A chamada Educação Inclusiva teve início nos Estados Unidos através da Lei Pública 94.192, de 1975 e, atualmente, já se encontra na segunda década de implementação (Mrech, p.1). A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas e seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com as comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.11).

Segundo Mrech, a inclusão é atender os estudantes com deficiência na sua residência, é proporcionar a ampliação do acesso destes alunos ás classes comuns ao mesmo tempo que proporcionar aos professores de classes normais suportes para que se consiga trabalhar de forma melhor com esses estudantes. Quando se ignora as necessidades da criança, não se oferece um suporte ao professor o ambiente escolar deixa de ser uma inclusão.

De acordo com o projeto político pedagógico da escola o processo de alfabetização e letramento com as crianças que possuem qualquer tipo de deficiência é mediado através de quatro meios, o primeiro é pela professora regular de sala de aula; o segundo, pelo auxiliar de sala que acompanha a criança que possui o laudo médico atestando que a mesma tem alguma deficiência e é necessário a presença de um educador que o auxilie nas atividades escolares enquanto a criança estiver no ambiente escolar; o terceiro meio é a criança frequentar a sala de recursos e o último meio é o LAP – Laboratório de aprendizagem de língua portuguesa e matemática para as crianças que não conseguem acompanhar os conteúdos de sala de aula, elas frequentam as aulas do LAP no horário contrário com uma professora que desenvolverá as atividades necessárias para o ensino da alfabetização, letramento e conhecimentos matemáticos.

Foi analisado em grupo o Projeto Pedagógico da escola (PPP) no qual aqui vai ser dividido em duas partes, uma a inclusão e a segunda a alfabetização de crianças. Segundo o PPP:

“Se garante a todos o acesso a escolaridade desde o atendimento a creches, aos portadores de deficiência e adolescentes e adultos!.”

“Assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.”

“Portanto, destacamos que a garantia de inclusão, permanência e promoção dos educandos são objetivos fundamentais a serem perseguidos na elaboração do Projeto Político Pedagógico.”

Podemos analisar que de acordo com o PPP da escola a inclusão no ambiente escolar é bem trabalhada e tenta garantir a igualdade para todos, visto que isso é uma análise apenas do Projeto Pedagógico da escola não se pode dizer se na prática ocorre da mesma forma.

Pelo Projeto Pedagógico da escola não se consegue análise bem como ocorre o processo de Alfabetização e Letramento, entre tanto se encontra alguns projetos que acreditamos serem bastantes úteis nesse processo se for realmente colocado em prática, entre eles foi destacado:

* Fortalecer o processo ensino-aprendizagem, com práticas inovadoras e criativas, tais como a utilização de jogos e atividades lúdicas, o recreio dirigido, incentivo à leitura com projetos como a mala de livros viajantes e o cantinho da leitura e da música, a fim de oferecer um ensino de qualidade;
* Promover atividades sócio-culturais por meio de dramatizações, musicalização, exposição de trabalhos, danças regionais e contações de histórias, oportunizando aos educandos/as o desenvolvimento pessoal integral;
* Desenvolver com os alunos e alunas atividades distintas, considerando necessidades, interesses e níveis de aprendizagem pessoais, diagnosticadas previamente.

**3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A princípio encontrou-se uma divergência entre o Projeto Político Pedagógico e a realidade da mesma. Na análise do PPP, está sendo observado a ênfase que se dá ao processo de inclusão dos alunos com deficiência, alegando que a escola apresenta infraestrutura, projetos e todos os processos necessários para permitir que todos os alunos consigam ter acesso ao ensino, porém quando comparado à realidade, ao visitá-la, além de ser um ambiente pequeno, não possui rampas, nem banheiros específicos, ou seja, não apresenta o básico (a infraestrutura).

O trabalho está restrito à análise do PPP, não se pôde observar a realidade dentro das salas de aulas (estamos observando apenas a infraestrutura da escola, parte externa), assim, não se sabe, de fato, se as salas que possui crianças com deficiência contam com o trabalho de uma auxiliar e se sua professora está preparada e qualificada para trabalhar com os mesmos, o que segundo o PPP da escola diz que sim.

Dentro do projeto político pedagógico da escola ainda não foi encontrado algo específico com relação ao ensino da alfabetização e letramento com crianças com deficiência, mas existem algumas ações, que se colocadas em prática, podem ajudar, dentre elas destacamos a utilização de jogos e brincadeiras e uso da dramatização que, se bem colocada, também pode ser usada no processo.

Por último, faz-se uma observação na formação do professor pedagogo na Universidade Federal de Alagoas, na qual em sua grade curricular apresenta uma única disciplina chamada Educação Especial (de apenas 40 horas). Trazemos esse dado junto com a pesquisa para fazer uma reflexão com a seguinte pergunta: Será que os professores que estão sendo formados no curso de pedagogia da UFAL estão preparados para trabalhar com crianças com deficiência?

**REFERÊNCIAS** (segue abaixo alguns dos formatos para cada tipo)

[artigo] BONINI, Adair. **Veículo de comunicação e gênero textual**: noções conflitantes. D.E.L.T.A., v. 19, n. 1, p. 65-89, 2003.

[capítulo] CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes. Modelo didático de gênero como instrumento para formação de professores. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

[livro com mais de um autor] MEURER, J. L., BONINI, Adair, MOTTA-ROTH, Désirée. **Gênero**s: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

[livro] RAUEN, Fábio José. **Roteiros de Pesquisa**. Rio do Sul, SC: Nova Era, 2006.

[internet] CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 5., 2003, Bangcoc, **Anais eletrônico.** Brasília, DF: UNESCO; MEC, 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001368/136859por.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2009.

[internet] CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA, 13., 2004, Fortaleza. **Anais.** Brasília, DF: SBMET, 2004.

[tese e dissertação] SILVA, Sueli Maria Goulart. **Sobre a interferência da produção científica e tecnológica da universidade no desenvolvimento local:** o caso da Ciência da Computação. 2005. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

[leis e decretos] BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília , DF , 20 set . 1990. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 23 abr. 2010.

[leis e decretos] SÃO PAULO. Decreto n. 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgãos da Administração direta e das autarquias do Estado e dá providências correlatas. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-200, 1998.

[leis e decretos] BRASIL. Lei n. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educacão Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Disponível em**: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l9394.htm>** Acesso em: 17 ago 2014.

**OBSERVAÇÃO**: A primeira referência deve ser redigida na segunda linha abaixo da expressão Referências. As referências devem seguir a NBR 6023 da ABNT: os autores devem ser citados em ordem alfabética, sem numeração, sem espaço entre as referências e sem adentramento; o principal sobrenome do autor em maiúsculas, seguido de vírgula e iniciais dos demais nomes do autor; se houver outros autores devem ser separados uns dos outros por ponto e vírgula; título de livro, de revista e de anais, em itálico; título de artigo: letra normal, como a do texto; se houver mais de uma obra do mesmo autor, seu nome deve ser substituído por um traço de cinco toques; mais de uma obra do mesmo autor no mesmo ano, use uma letra (a, b, ...) após a data. Ordene referências de mesmo autor em ordem decrescente.